

Especialistas apontam contradição

PARIS — A publicação do relatório anual do FMI, 15 dias antes da realização de sua assembleia geral, provoca reações de especialistas, principalmente no que diz respeito à política que o organismo vem adotando. Entre os três grandes temas que vão prevalecer nesse encontro do fim do mês, estão a retomada econômica, a proporção do aumento das cotas e a recessão persistente nos países mais endividados — este último seria a causa das maiores polêmicas e controvérsias. Paul Fabra, editor de economia do jornal **Le Monde**, lembra que, no último ano, o FMI negociou com um grande número de países endividados, entre eles Brasil, Argentina e México, impondo programas severos de recuperação econômica.

Jacques de La Rosiere, diretor geral do Fundo, tem sustentado que, com a ausência de créditos autorizados pelo organismo, a cura de austeridade deverá ser ainda mais rigorosa, pois essas nações não encontrariam um só banco que lhes fornecesse os empréstimos de que têm necessidade.

Os países que enfrentam essa situação deveriam restabelecer rapidamente os equilíbrios de suas contas no Exterior, o que implicaria uma

diminuição ainda mais brutal de suas importações atuais, indo além do que fazem hoje em dia.

No caso do Brasil, o articulista do **Le Monde** enfatiza que foi sob a responsabilidade direta do ministro Delfim Netto que o Brasil definiu sua política de endividamento a todo vapor, "em parte justificada pela necessidade de equipar esse grande país", mas é o próprio Delfim que, ainda hoje, como ministro do Planejamento, continua a ser o responsável pela política econômica do País. É ele que negocia com os credores o reescalonamento da dívida externa, pela qual foi um dos principais responsáveis.

No México, a situação é mais ou menos a mesma, pois o ministro Jesus da Silva Herzog já ocupava o cargo nos tempos do presidente Portillo, o homem que acreditou no milagre do petróleo. Ele ocupa, atualmente, as mesmas funções no governo de Miguel de la Madrid.

O Fundo Monetário não hesita em adotar certas precauções, exigindo cortes importantes nos orçamentos, supressão de subvenções, no momento em que os preços sobem rapidamente em razão das fortes desvalorizações. No caso brasileiro, não hesita, também, em exigir o abandono

de seu sistema de indexação dos salários. Mas a maior contradição do Fundo, segundo Paul Fabra, está no contraste entre as políticas de rigor que ele impõe às economias nacionais mais atingidas e a ausência de toda essa ortodoxia financeira em suas análises e conclusões sobre a situação monetária internacional.

Seus especialistas reconhecem a formidável progressão das reservas internacionais nos últimos dez anos. Eles se esquecem, entretanto, que a verdadeira explosão de liquidez que assistimos nada mais é do que o resultado do progresso do endividamento. O relatório do FMI revela que, de 1974 a 1980, as reservas internacionais cresceram num ritmo de 16% ao ano, mas nem o comércio mundial nem a produção aumentaram em termos reais nessa proporção, no mesmo período.

Esse desequilíbrio flagrante seria uma das causas da inflação mundial. O Fundo se mostra um sólido defensor da estabilização de preços, mas, ao mesmo tempo, manifesta sua preocupação com a pequena diminuição da liquidez, ocorrida pela primeira vez em 1982. É por isso que ele defende uma nova emissão de Direitos Especiais de Saque. (Real Júnior)